

VERSO e REVERSO

educando o educador

Curso por Correspondência para
capacitação de professores de
Educação Básica de Jovens e
Adultos.

2

A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO PAÍS

Ministério da Educação — MEC
Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos — EDUCAR

2

A EDUCAÇÃO

DE

ADULTOS NO PAÍS

Curso por Correspondência para
capacitação de professores de
Educação Básica de Jovens e
Adultos.



Brasília, 1988

Impresso no Brasil/Printed in Brazil
© 1988 — Fundação EDUCAR
SCRN 702/703 — Bloco C — Loja 6 — CEP 70000 — Brasília — DF

Diretoria Técnica

Autoria:

Maria Esther Provenzano

Colaboração:

Anne-Marie E. M. M. Oliveira, Cristina Lessa Barros Barreto,
Helena Alice G. Finamore, Jane Paiva e Sérgio Guerra

Supervisão:

Maria Núbia Barbosa Bonfim

Assessoria de Comunicação/Área de Textos e Editoração

Preparação e revisão de texto:

Cristina Aparecida Seghetto, Márcia Miranda Correia, Marilda
Barroso Bottino, Rita de Cassia Godoy Guimarães (coordenação)
e Rita de Cassia Martins C. Brito

Programação visual:

Silvio de Moura Dias

Diagramação e arte-final:

Fernando Bracet, Maria Lúcia Ayres d'Aquino e Paulo Roberto
Pires Macedo

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pela Fundação Nacional para Educação de
Jovens e Adultos)

F981 FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS.

A educação de adultos no País.

2.ed. Brasília, 1988.

32p.: 28 cm (Verso e Reverso - Educando o
Educador, 2)

1. Educação de adultos. 2. Brasil. I. Título. II.
Série.

88 - 60

CDU: 374.7 (81)

CDD: 374.81

Sumário

Apresentação.....	5
Retrospectiva Histórica da Educação de Adultos no País.....	7
De 1930 a 1945.....	7
De 1945 a 1964.....	9
De 1964 ao final da década de 70.....	14
De 1980 em diante.....	16
Reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos e as Principais Tendências Pedagógicas ...	18
A Pedagogia Liberal.....	19
A Pedagogia Progressista.....	19
Experiências Desenvolvidas.....	21
Glossário.....	25
Indicação Bibliográfica.....	28
Bibliografia.....	31

Retrospectiva Histórica da Educação de Adultos no País

Apresentação

O estudo do tema A Educação de Adultos no País será desenvolvido através de dois textos. O primeiro, intitulado *Retrospectiva Histórica da Educação de Adultos no País*, trata de uma visão histórica do Brasil desde 1930 até os dias atuais e de como a educação, especificamente a educação de adultos, foi planejada ao longo desse período.

Nesse texto, usaram-se como referência alguns autores que vêm contribuindo com a recomposição da história da educação de adultos no País, tais como: Osmar Fávero, Vanilda Pereira Paiva e Bárbara Freitag, entre outros.

O segundo texto, intitulado *Reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos e as Principais Tendências Pedagógicas*, apresenta uma reflexão sobre as diversas

concepções pedagógicas que marcam o atual contexto da sociedade brasileira, no que se refere à educação e à apresentação de algumas das iniciativas desenvolvidas na área.

Para a elaboração desse segundo texto, optou-se basicamente pela consulta aos autores: Moacyr Gadotti, Dermeval Saviani, Paulo Freire, José Carlos Libâneo e Cipriano Carlos Luckesi, entre outros.

O estudo desse tema é fundamental para o professor e tem como principal objetivo permitir que ele possa: situar-se na história da educação brasileira; conhecer as diversas **tendências pedagógicas**; refletir; analisar; rever a sua prática e adequar seu trabalho de acordo com a proposta que melhor responda à realidade do aluno.

Retrospectiva Histórica da Educação de Adultos no País

Para você, professor, é importante compreender o momento histórico, econômico e social pelo qual vem passando a sociedade brasileira, bem como a relação que existe entre este momento e as propostas educacionais que dele decorrem.

Você já havia pensado em como a educação tem relação com os fatos históricos, econômicos e sociais do País?

Neste estudo, procurou-se fazer a seguinte delimitação histórica:

- de 1930 a 1945;
- de 1945 a 1964;
- de 1964 ao final da década de 70; e
- de 1980 em diante.

Esta delimitação histórica visa, para efeito didático, ordenar os fatos históricos e educacionais. No entanto, ela não é

suficiente para abranger, com profundidade, a complexidade desses fatos. Para seu aprofundamento, sugerimos, nesta unidade de estudo, uma bibliografia complementar.

Dentro de cada período histórico, serão desenvolvidos: o contexto político-econômico da época; a questão educacional; e as iniciativas voltadas para a educação de jovens e adultos. Com relação ao último período (1980 em diante), algumas iniciativas serão apresentadas, sob a forma de experiência, no segundo texto (*Reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos e as Principais Tendências Pedagógicas*).

De 1930 a 1945

O contexto político-econômico

Toma-se a década de 30 como marco inicial, dadas as modificações políticas, econômicas e sociais que ocorriam no País – em íntima relação com o que acontecia em outros países – e que iriam influenciar tanto a política quanto o surgimento de campanhas,

movimentos e instituições voltadas para as questões educacionais.

Em 1929, houve uma crise econômica no mundo que abalou a situação das **economias agrário-exportadoras**. No caso brasileiro, o café – produto básico de exportação – deixa de ser comprado pelo mercado internacional. Nesse período, a economia brasileira limitou-se à **importação** de produtos industrializados para o mercado interno de consumo, ou seja, para ser consumido pelos brasileiros.

O esforço para aumentar as indústrias acentuou-se no período compreendido entre 1930 e 1945. A partir de 1945, a industrialização passou a contar com grandes estímulos governamentais. Com isso, inicia-se, então, uma nova etapa de crescimento no Brasil, que se caracteriza por essa intensificação do processo de industrialização. Fortalecida a produção industrial, amplia-se o poder econômico e político da **burguesia urbano-industrial**.

A questão educacional

O crescimento da industrialização provocou o aumento da procura por escolas. Essa procura passou a fazer pressão sobre o sistema educacional existente e ocasionou a sua expansão. Tal expansão, no entanto, passou a ser contida pelo baixo rendimento do sistema escolar; pelo seu caráter de discriminação social, pois somente os filhos da burguesia tinham acesso à escola; e pelo descompasso que se estabeleceu entre as possibilidades do atendimento escolar e as necessidades que o desenvolvimento brasileiro exigia.

Nesse período, o Presidente Getúlio Vargas tinha plenos poderes para definir a política

brasileira. O **Estado** procurou controlar as instituições de ensino: foi criado, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública,¹ e surgiram as primeiras universidades (fruto da fusão de uma série de instituições isoladas de ensino superior).

Em 1932, um grupo de educadores elaborou o *Manifesto dos Pioneiros*, pedindo ao Estado um plano nacional para a educação brasileira, em substituição às diversas propostas existentes.

Este manifesto propunha a introdução de novos métodos de ensino e a reformulação administrativa da escola. Acreditava-se que um ensino renovado e democrático possibilitaria uma mudança social. Era o chamado “otimismo pedagógico”. Sua preocupação básica centrava-se na necessidade de uma política nacional de educação.

Outra importante consequência do *Manifesto dos Pioneiros* foi sua influência na Constituição de 1934, quando o Estado reconhece o direito de todos à educação e o dever do Governo em promovê-la.

Em 1937, teve início a campanha eleitoral para a sucessão de Getúlio Vargas. Ele, no entanto, alegando ao Congresso Nacional que a ordem interna do País estava ameaçada pelos **comunistas, integralistas** e pela própria agitação da campanha eleitoral, conseguiu a ampliação de seus poderes enquanto Governo. Depois de conseguir esta ampliação, Getúlio Vargas estabeleceu o Estado Novo, implantando um regime ditatorial no País.

Com o golpe de 1937, a opção pelo autoritarismo tem repercussões na política

¹O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado em 19/11/1930 pelo Decreto nº 19.400, tendo sido desmembrado em Ministério da Educação e Ministério da Saúde em 1951.

educacional. A Constituição de 1937 passa a incentivar a iniciativa particular, em vez de proclamar o dever do Estado em assegurar a escola pública, como fazia a Constituição anterior.

Professor, como você percebe a diferença básica entre a Constituição de 1934 e a Constituição de 1937?

Algumas iniciativas voltadas para a educação de jovens e adultos

- A criação da Cruzada Nacional de Educação (em 1932) e da Bandeira Paulista de Alfabetização (em 1933)

Consideravam o analfabetismo – principal problema nacional – a causa de nossas dificuldades.

A Cruzada, muito criticada pelos profissionais da área de educação, acabou reforçando o preconceito contra o analfabetismo, apoiando-se na crença da “educação salvadora” e do “analfabeto incapaz”.

Você, como educador de jovens e adultos, acha correta essa forma de pensar o problema do analfabetismo? Que idéia tem sobre isso?

- Experiências de educação rural

Sociedades privadas são fundadas para cuidar do problema da educação rural, com

as mais variadas tendências. Nos anos 30, a educação rural se alia à solução dos **problemas sanitários**, passando a ser vista, por muitos, como um possível caminho para reter o homem no campo. É a época do lema “instruir para poder sanear”, pregado por sanitaristas e educadores.

- Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai

Em 1940, é organizado o Senai, dirigido pela Confederação Nacional da Indústria.

De 1945 a 1964

O contexto político-econômico

Durante o Estado Novo, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial. O Brasil procurou manter-se neutro, mas acabou por se definir contra os **países fascistas** – Alemanha e Itália –, com os quais rompeu relações diplomáticas, aliando-se aos Estados Unidos e a outros países latino-americanos. Ao término da Segunda Guerra Mundial – maio de 1945 –, iniciava-se o processo de redemocratização do País. Com a ajuda da imprensa, formou-se uma opinião pública contrária à continuação de Vargas no poder.

Sentindo que a situação era grave e que não havia garantia de apoio, Getúlio Vargas determinou a organização de eleições gerais no País. Impossibilitado de concorrer às eleições, ele acabou apoiando o nome do General Dutra, que saiu vitorioso. Junto com o Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi eleita a Assembléia Constituinte que elaborou a Constituição de 1946.

Quanto à política econômica, o Governo Dutra tornou-se simples protetor das regras do jogo econômico do Governo anterior.

Devido, em parte, a isso, nos dois primeiros anos do Governo Dutra houve uma desenfreada **especulação financeira** e o rápido esgotamento dos recursos acumulados nos anos de guerra, pela total falta de controle e planejamento das importações. Desequilibrando-se, assim, a **balança de pagamentos**, sem que a economia do País se beneficiasse com a importação, agora necessária, de máquinas e equipamentos. Somente depois de 1947 é que foi iniciado o controle das importações.

Em 1949, era criada a Comissão Mista Brasileira para conhecer os pontos de estrangulamento da economia do País e estabelecer projetos prioritários. Entre outras sugestões, a Comissão recomendou que se recorresse ao capital estrangeiro para a execução de projetos que pudessem servir de base à implantação de indústrias. Muitos desses projetos foram pensados para o setor de exploração do petróleo.

As eleições de 1950 trouxeram de volta à presidência Getúlio Vargas. No governo, Vargas procurou retomar suas antigas linhas de **política econômico-nacionalista e intervencionista**, agora voltadas, em especial, para os setores da **indústria de base**: siderurgia, petroquímica, energia, transportes, frigoríficos e implementos agrícolas.

O novo período Vargas encontrou sérias oposições internas: de um lado, o capital estrangeiro presente no País desde o Governo Dutra; de outro, os grupos oposicionistas não deixaram de criticar a política sindical do Ministro do Trabalho, João Goulart, dizendo que ele pretendia transformar o Brasil numa **República Sindicalista de estilo peronista**.

No dia 23 de agosto de 1954, os grupos oposicionistas aliados às forças militares descontentes exigiram a renúncia de Getúlio

Vargas. Na manhã seguinte, Vargas suicidou-se.

Após o suicídio do presidente, na manhã de 24 de agosto de 1954, o Brasil entrava numa nova etapa da "política sem Vargas". Nos 16 meses seguintes, o Brasil teve três presidentes: João Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos.

Em 31 de janeiro de 1956, eleito por voto direto e popular, toma posse o Presidente Juscelino Kubitschek, que marca o início de uma nova e importante fase da história econômica brasileira.

O novo presidente havia estabelecido como meta prioritária de seu governo a aceleração do desenvolvimento do setor industrial, através do estímulo ao empresariado nacional e da busca mais intensiva do capital estrangeiro.

O plano de governo de Juscelino Kubitschek estava definido no seu Programa de Metas, voltado para o desenvolvimento de seis setores estratégicos no âmbito do desenvolvimento econômico nacional: energia, alimentação, transportes, indústria de base, educação e construção da nova capital federal – Brasília.

Toda a atuação do Governo, no entanto, foi centrada em duas realizações: a indústria automobilística e a construção de Brasília.

Ao final do seu Governo, Juscelino Kubitschek deixou importantes realizações e muitos problemas. O País apresentava uma fisionomia bastante modificada: a cidade dominava sobre o campo, e a indústria sobre a agricultura, mas a inflação e o custo de vida atingiam índices sem precedentes, prenúncio da crise dos anos seguintes.

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil, com a promessa de combater a corrupção político-administrativa, de diminuir a inflação e o custo de vida. No entanto, o Governo Jânio Quadros mostrou-se incapaz de resolver e superar os problemas herdados dos anos anteriores.

A 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou a seu mandato, abrindo uma nova crise política. A 7 de setembro de 1961, toma posse, como presidente, o vice, João Goulart, dentro de um regime de **república parlamentar**, criado por Ato Adicional à Constituição de 1946, que limitava bastante os poderes do presidente e ampliava os do Congresso. Não foi difícil o Presidente João Goulart fazer aprovar, no dia 6 de janeiro de 1963, o retorno do **regime presidencialista**, que lhe devolvia plenos poderes.

Professor, o que você pensa desta discussão sobre presidencialismo e parlamentarismo, presente na história brasileira?

Entre o final de 1961 e 1963, João Goulart procurou executar o seu Plano Trienal, que pretendia combater a inflação e assegurar o desenvolvimento econômico, principalmente no setor da indústria. No entanto, as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do Plano levaram João Goulart a enveredar pelo caminho das "reformas de base" e da **política externa independente**.

Através das reformas de base – que pretendiam atingir todas as áreas, inclusive a educacional –, o Governo procurava unir e mobilizar todas as forças populares,

difundindo, na opinião pública, a idéia de que as mudanças na ordem política, econômica e social eram condição essencial para o desenvolvimento nacional.

Evidentemente que essa estratégia política provocou violenta oposição por parte dos grupos conservadores. Assim, a 31 de março de 1964 foi dado o golpe militar.

Professor, que atenção foi dada à educação através desses Governos e qual deles, a seu ver, deu maior importância à educação?

A questão educacional

O contexto político-econômico do Brasil entre 1945 e 1964 marca um período de luta democrática, constituindo o pano de fundo para a retomada das grandes discussões educacionais travadas nas décadas de 20 e 30.

A promulgação da Constituição de 1946 significou uma retomada por parte do Estado da sua responsabilidade quanto à educação. Inspirando-se nos princípios constitucionais de liberdade e solidariedade humana, foi encaminhado ao Congresso, em 1948, um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

No entanto, o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, após 13 anos de tramitações burocráticas e conflitos políticos, somente foi aprovado no Congresso no ano de 1961. Além do mais, a LDB acabou por não satisfazer aos educadores que lutavam pela escola pública, pois, ao contrário, ela

privilegiava a iniciativa privada e não favorecia a democratização da educação brasileira.

Sendo assim, no ano de 1962 era criado o Conselho Federal de Educação, que, em seguida, elaborava o seu Plano Nacional de Educação para o período 1962-70. Este Plano visava, prioritariamente, à extensão da escolaridade, para todos, de acordo com o que queriam os educadores da época.

Em 1963, foram extintas as campanhas nacionais de educação de adultos até então existentes, e se multiplicaram os movimentos regionais e locais de caráter público ou privado, de diferentes tendências. Nesse mesmo ano, o MEC convocou os movimentos existentes no País para o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular.²

Como prioridade estabelecida nas conclusões deste encontro, encontra-se a alfabetização de adolescentes e adultos, sem desprezar, no entanto, a alfabetização das crianças, desde que tivesse como objetivo a organização da comunidade adulta.

Foi, então, organizada a Comissão Nacional de Alfabetização, que atuou de outubro de 1963 a 1964, com a função de elaborar o Plano Nacional de Alfabetização – PNA.

Formulado em janeiro de 1964, o Plano representa a incorporação, em nível ministerial, da orientação indicada pelos grupos que, desde 1962, desenvolviam atividades ligadas à educação de adultos.

Aproveitando a experiência dos movimentos e campanhas desenvolvidos na época, e com

base na alfabetização proposta pelo educador Paulo Freire, o Plano pretendia alfabetizar 5 milhões de brasileiros em dois anos.

O fechamento político instalado no País pelo golpe de 1964 foi o responsável pela extinção do Plano de Alfabetização em massa e dos diversos movimentos que haviam se desenvolvido pelo País, nessa que foi uma fase rica da história da educação brasileira.

Algumas iniciativas voltadas para a educação de jovens e adultos

- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac

Em 1946, é organizado o Senac, dirigido pela Confederação Nacional do Comércio.

- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

Criada em 1947 e vinculada ao Departamento Nacional de Educação, tinha por objetivo preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, penetrando, também, na zona rural, além de integrar os imigrantes e seus descendentes nos estados do Sul. A “insuficiência cultural”, que, segundo o entendimento da proposta, prejudicava a produção, seria corrigida pela “difusão da instrução”, fornecendo recursos humanos para o desenvolvimento e industrialização do País.

Professor, o que você pensa de uma proposta de alfabetização voltada para a qualificação da mão-de-obra?

²Este encontro foi patrocinado pela Secretaria de Educação e Movimento de Cultura Popular – MCP – de Pernambuco; Movimento de Educação de Base – MEB; Instituto de Cultura Popular de Goiás; Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul; e União Nacional dos Estudantes – UNE.

- Campanha Nacional de Educação Rural

Criada em 1952, pelo Departamento Nacional de Educação – DNE –, tinha a finalidade de contribuir para a melhoria de vida do homem rural, despertando seu “espírito comunitário”, a idéia de “valor humano” e o “sentido de responsabilidade”. Suas missões eram implantadas no interior e pretendiam elevar os padrões de vida das populações, além de solucionar os problemas coletivos, através da organização comunitária.

Professor, você acha que deveria existir uma proposta educacional voltada para o trabalhador rural? Por quê?

- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA

Este é um novo esforço do Governo Federal, desencantado com os resultados da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do DNE. Ela dura até 1961, quando são extintas todas as campanhas do MEC, diante do Plano Nacional de Educação, agora sob a ótica da Lei de Diretrizes e Bases. A CNEA dirigia-se à educação de crianças e adultos e pretendia contribuir para o desenvolvimento econômico.

- Movimento de Educação de Base – MEB

Ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB –, em convênio com o Governo Federal (em 1961), norteava-se pelos princípios da doutrina social da Igreja e por uma visão cristã do homem. Pretendia alfabetizar as populações rurais, ajudando na sua promoção, além de preparar reformas básicas, tal como a reforma agrária. Inicialmente, o MEB utilizou-se das “escolas radiofônicas”, levando através do rádio suas mensagens a grupos organizados, em torno

de um monitor. Mais tarde, o MEB organiza, por meio da “animação popular”, trabalhos sociopolíticos nas comunidades (postos de saúde, campanhas, construção de fossas e outras). O golpe de 1964 acarretou o seu fechamento, voltando o MEB a funcionar mais tarde (1970), porém com características diferentes, integrando-se ao programa nacional lançado pelo Governo.

- Centro Popular de Cultura – CPC

Surge em 1961, ligado à União Nacional dos Estudantes – UNE. No período de 1962 a 1964, inúmeros desses Centros despontam, envolvendo universitários, intelectuais e artistas. Embora houvesse uma série de divergências entre os diferentes Centros, o ponto de convergência se colocava no seu objetivo principal: contribuir para o processo de transformação da realidade brasileira, principalmente através de uma proposta didática de conteúdo político.

O CPC tinha sua atuação básica no teatro, na promoção de exposições gráficas e fotográficas, oferecendo, inclusive, cursos sobre teatro, cinema, artes plásticas, filosofia, etc. Progressivamente, começou a questionar sua própria atuação quanto às pessoas que estavam sendo atendidas. O Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado em 1963 sensibilizou o CPC da UNE, no sentido de realizar um trabalho mais sistemático junto às classes populares. A partir daí, a alfabetização aparece como um trabalho prioritário junto aos demais trabalhos que vinham sendo desenvolvidos.

Professor, como as manifestações culturais da população podem ser trabalhadas numa proposta de alfabetização?

● Movimento de Cultura Popular de Pernambuco – MCP

Fundado em 1960, com o objetivo de conscientizar as massas através de linhas de ação diversificadas: núcleos de cultura popular; meios informais de educação, alfabetização e educação de base; imprensa, teatro, cinema; esportes; artes plásticas e artesanato; dança; canto e música popular; ensino elementar e pesquisa.

Além de desenvolver experiências de educação através do rádio (de 1961 a 1963), onde as pessoas estavam organizadas para ouvir os programas, e de efetivar as Praças de Cultura (com parques infantis, bibliotecas, auditório, grupo escolar, etc.), foi em um Centro de Cultura do MCP que nasceu, em 1961, o método Paulo Freire para a educação de adultos.

O método Paulo Freire teve grande influência no campo da educação comprometida com as classes populares. Os Centros de Cultura Popular que se expandiam pelo País (principalmente no Nordeste), nesta época, e inúmeros trabalhos desenvolvidos por outros movimentos inspiraram-se, em sua **orientação humanista**, na concepção de povo como sujeito de seu próprio processo educativo e no significado da alfabetização enquanto conscientização do homem.

Extinto o MCP em 1964, muitos de seus participantes, inclusive Paulo Freire, empreenderam ações de educação de adultos em outros países da América Latina e da África.

● Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”

Lançada pela Prefeitura de Natal (capital do Estado do Rio Grande do Norte), em 1961, foi uma tentativa de ampliação do sistema

escolar, através da utilização dos espaços ociosos existentes na comunidade. A organização da Campanha contava com o apoio dos comitês de bairros, e seu maior objetivo era enfrentar o grave problema do analfabetismo.

Professor, todas essas experiências relatadas trazem um modo de pensar a educação de adultos. Que relações você vê entre esses modos de pensar e a sua prática?

De 1964 ao final da década de 70

O contexto político-econômico

Os governos militares desse período (Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici) buscavam alcançar, praticamente, os mesmos objetivos no setor da economia: incentivar o ingresso de capitais e tecnologia estrangeiros no País, assim como a recuperação do nível de investimento, voltado para as áreas social e econômica. É a época do chamado “milagre econômico”.

Com a Constituição de 1967 e, depois, com a Emenda Constitucional de 1969, ficavam estabelecidas as novas diretrizes políticas que foram depois desdobradas em novos Atos Institucionais.

Essas diretrizes determinaram as funções do Estado, neste período, que se definiram politicamente pela centralização da administração pública e pelo controle do

aumento feito pelo **Conselho de Segurança Nacional**.

O regime político imposto pelo golpe de 1964 cerceou a liberdade de opinião, cassando direitos políticos, aposentando compulsoriamente pessoas, censurando os meios de comunicação de massa, entre outros atos de restrição à liberdade.

A questão educacional

O tratamento que o setor educacional passou a receber nos diferentes planos de governo,³ elaborados a partir de 1964, estava vinculado à nova ordem política e às necessidades do modelo econômico adotado. O planejamento educacional passou a ser integrado ao Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Assim, a educação passa a ser decidida no âmbito da Secretaria de Planejamento, da Presidência da República, desconsiderando o pensamento dos educadores no âmbito do MEC.

A concepção da educação como fator de crescimento econômico e a ênfase à formação para o trabalho permearam toda a formulação dos projetos educacionais desta época, caracterizada também por uma série de medidas com vistas a restringir a mobilização popular, em particular a estudantil.

Influenciadas pelos acordos MEC/Usaid,⁴ foram tomadas algumas medidas que expressavam a ênfase na formação de mão-de-obra, para atender às necessidades de crescimento previsto no modelo econômico adotado. São elas:

- a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei nº 5.692, de 11/8/71), introduzindo a iniciação para o trabalho no 1º grau e a profissionalização no ensino de 2º grau, entre outras modificações; e

- a criação do Departamento de Ensino Supletivo (Decreto nº 71.737, de 22/1/73) no MEC, para fomentar a expansão do ensino supletivo, que pretendia enfatizar a formação de mão-de-obra.

A educação de jovens e adultos é regulamentada na Lei nº 5.692/71, com a finalidade de “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria e de proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte”.

A própria legislação prevê, ainda, que a estrutura, duração e regime escolar dos cursos supletivos devam ser ajustados às suas finalidades próprias e à clientela a que se destinam, admitindo que esses cursos venham a ser ministrados em classes, ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Algumas iniciativas voltadas para a educação de jovens e adultos

A partir de 1964, um grande número de programas desapareceu. Entre os movimentos, sobreviveu o Movimento de

³ Programa de Ação Econômica do Governo – Paeg –, elaborado para o período 1964–66; Plano Regional de Desenvolvimento Econômico e Social (1967–76); Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968–70); Metas e Bases para a Ação do Governo (1970–72); I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972–74); II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975–79); III Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND (1980–84).

⁴ MEC/Usaid: acordo entre o MEC e o Programa para Ajuda a Outras Nações, oferecido pelos Estados Unidos.

Educação de Base, em virtude de seu vínculo com a CNBB. Esta sobrevivência, no entanto, se fez à custa da revisão de sua metodologia, material didático e da orientação do programa.

Surgem no País movimentos isolados, que introduzem algumas modificações no método Paulo Freire. Mas a existência desses movimentos é efêmera.

Alguns educadores tiveram muita dificuldade em continuar com a sua prática nesse período. Por que você acha que isso ocorreu?

● Cruzada ABC – Ação Básica Cristã

As ações da Cruzada ABC tiveram sua origem em 1962 (com vinculação às igrejas protestantes norte-americanas) com algumas experiências-piloto, em especial em Pernambuco. Mas foi em 1967 que a Cruzada ABC e o MEC assinaram um convênio, ampliando o programa para o âmbito nacional. A Cruzada se comprometia com os objetivos da política governamental e supostamente com valores éticos e morais da civilização cristã.

● Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral

Foi criado pela Lei nº 5.379, de 15/12/67, com a finalidade de promover a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos, atuando, inicialmente, como **órgão normativo** e, a partir de 1970, como executor de ações.

De 1980 em diante

O contexto político-econômico

Nos dois últimos governos militares (Ernesto Geisel e João Baptista de Figueiredo), ocorreu no País intensa e crescente mobilização popular pelo agravamento da crise econômica. Esses movimentos influenciaram os acontecimentos políticos na busca da redemocratização da sociedade brasileira.

O Brasil mudou desde 15 de março de 1985. Houve um afastamento dos militares dos centros de decisão, e removeu-se uma parte importante do autoritarismo.

Com a eleição, pelo **Colégio Eleitoral**, do Presidente Tancredo Neves (que, doente, é impedido de tomar posse, morrendo logo depois) e a posse do, até então, Vice-Presidente José Sarney, o País passa a viver a época da consolidação de um novo Estado. Não de um Estado democrático pleno, mas de um Estado em transição do autoritarismo para a democracia. É um período onde se busca o estabelecimento de uma sociedade democrática: a chamada Nova República.

O grande efeito da Nova República, o Plano Cruzado, deu ao Presidente José Sarney a legitimidade popular de que então necessitava. No entanto, o chamado Cruzado II não foi respaldado, como o primeiro, pelo apoio popular.

O País vive hoje uma séria crise econômica, que se vem tentando contornar com o Plano Bresser, elaborado pela equipe do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

No plano político, a grande mobilização da sociedade gira em torno da elaboração da nova Constituição, que traçará os rumos do País.

A questão educacional

Nessa conjuntura, tem surgido, por parte de setores educacionais, uma série de reivindicações para que sejam solucionados os principais problemas hoje enfrentados no âmbito da educação brasileira. Esses problemas dizem respeito tanto à democratização do ensino quanto à melhoria e eficiência do sistema educacional. Desse modo, muitas críticas vêm sendo feitas às reformas empreendidas desde 1964 (Reforma Universitária, Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, etc.), e os educadores têm lutado por uma maior participação nas decisões da educação.

Com a Nova República, extingue-se o Mobral e cria-se a Fundação Nacional para Educação

de Jovens e Adultos – Educar –, em novembro de 1985, com o objetivo de promover a educação básica de jovens e adultos.

Devido à mudança do projeto político do País e, conseqüentemente, do projeto educacional, o Governo opta, através do Ministério da Educação, por uma “Educação para Todos”, em que o compromisso da nação brasileira é enfrentar o desafio de universalizar o acesso à escola e vencer o analfabetismo.

O documento *Educação para Todos: Caminho para a Mudança* (MEC/1985) estabelece as diretrizes políticas da educação brasileira, refletindo o processo de redemocratização que vive a sociedade.

Reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos e as Principais Tendências Pedagógicas

Dentro do processo de redemocratização da sociedade brasileira, no que se refere à educação de jovens e adultos, o Estado brasileiro divide com a **sociedade civil** a responsabilidade de suprir a educação para todos. Dessa forma, a educação de jovens e adultos vem sendo promovida pelos organismos governamentais e não-governamentais.

A educação de jovens e adultos no País, nos termos da própria lei que a regulamenta (5.692/71), ainda necessita de uma política nacional que revele o compromisso do Governo em assegurar recursos necessários para o seu custeio e manutenção, bem como permita às diversas instituições que atuam junto a essa população desenvolver um trabalho articulado, coordenado e adequado às características regionais.

As propostas para educação de jovens e adultos vêm sendo desenvolvidas de acordo não só com o contexto político, cultural e socioeconômico onde os educandos e as entidades promotoras desses projetos trabalham, mas também com a proposta

política das entidades. Assim, esses projetos podem variar: nos objetivos e nos métodos; na forma de abordagem dos conteúdos; nas formas de construção e utilização do material didático; no relacionamento professor/aluno, etc.

Como você percebe a educação de jovens e adultos: ela vem sendo promovida e desenvolvida atualmente pelo Governo e pelas entidades da sociedade civil?

A maneira como um professor planeja a sua aula; as técnicas que escolhe; os conteúdos que seleciona; o material didático que adota; e a avaliação que usa trazem, explícita ou implicitamente, um **pressuposto teórico**.

O que acontece é que, na maioria das vezes, o professor não tem clareza sobre isso. Na sua cabeça, há um emaranhado de coisas, e

ele, muitas vezes, baseia a sua prática em modelos tradicionais, ou em exemplos de colegas mais antigos ou, ainda, no próprio livro didático.

Em seguida, serão discutidas as principais tendências pedagógicas que fundamentam as experiências em educação. Essas tendências poderão ajudar os professores a compreenderem melhor a sua prática docente.

De maneira geral, os autores classificam as tendências pedagógicas em dois grupos: a Pedagogia Liberal e a Pedagogia Progressista. É evidente que essas tendências não são puras; em alguns casos, elas se complementam, em outros, divergem.

A Pedagogia Liberal

A doutrina liberal apareceu como justificação do sistema capitalista, onde as pessoas que detêm os meios de produção (fábricas, indústrias, a terra, etc.) controlam as grandes riquezas e usam o trabalho daqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho.

A educação brasileira, pelo menos nos últimos 50 anos, tem sido marcada pelas tendências liberais.

Simplificadamente, diz-se que o modelo liberal produziu três pedagogias diferentes, mas relacionadas entre si e com um mesmo objetivo: conservar a sociedade tal como ela está. São elas:

- *Pedagogia tradicional*, baseada na transmissão do conteúdo. O professor passa a ser o elemento fundamental do processo ensino-aprendizagem, e o que o aluno pensa não é levado em consideração.

- *Pedagogia renovada ou escolanovista*, baseada nos sentimentos, na espontaneidade da produção do conhecimento. No processo ensino-aprendizagem, o papel do professor é auxiliar o desenvolvimento livre e espontâneo do conhecimento do aluno.

- *Pedagogia tecnicista*, baseada na predominância das técnicas de transmissão e apreensão dos conteúdos. No processo ensino-aprendizagem, o elemento principal passa a ser a forma racional como se organizam os meios. O professor e o aluno ocupam posição secundária.

Essas pedagogias são decorrentes do modelo de sociedade capitalista; portanto, não propõem e nem permitem propostas de transformação da sociedade.

Dessa forma, a pedagogia liberal defende a idéia de que a escola tem por função preparar os alunos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais.

A ênfase no aspecto individual esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a idéia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições dos alunos.

Professor, a sua prática docente se aproxima de algumas dessas tendências pedagógicas?

A Pedagogia Progressista

No contexto atual da sociedade brasileira, vivemos a época da consolidação de um novo

Reflexão sobre a Educação

Estado. Uma nova idéia de sociedade vai se formando, e uma nova pedagogia vai nascendo para este modelo social.

Tentando traduzir esse propósito histórico, na prática educacional, pedagogia progressista é aquela que passa a analisar criticamente a sociedade e entende que a escola não pode ser vista isolada dos fatores socioeconômico-culturais que interferem no processo ensino-aprendizagem.

Simplificadamente, diz-se que a idéia progressista se concretiza em três pedagogias diferentes, a saber:

- *Pedagogia libertadora*, representada pelo pensamento e prática pedagógica do professor Paulo Freire. Esta pedagogia é marcada pela idéia de que a transformação social virá através da emancipação das camadas populares, ou seja, do processo de conscientização cultural e política que deve ocorrer fora dos muros da escola. Destinada, fundamentalmente, à educação de adultos.

Não é próprio, portanto, da pedagogia libertadora falar em ensino escolar, já que sua marca é a atuação não-formal, extra-escolar. Entretanto, professores e educadores vêm trazendo para o âmbito da escola idéias básicas dessa pedagogia.

A educação libertadora questiona as relações do homem com a natureza e com os outros homens, visando a uma transformação dessas relações.

Os conteúdos são construídos a partir da própria realidade dos alunos. Os textos de leitura serão redigidos pelos próprios educandos, com a orientação do educador.

A relação professor/aluno se dá no mesmo nível, e educador e educandos se posicionam como sujeitos no processo de aprender.

Aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da situação real vivida por aqueles que aprendem, e só tem sentido se resultar de uma aproximação crítica dessa realidade. O que é aprendido não decorre de uma imposição ou memorização de conhecimentos, mas de um processo de compreensão, reflexão e crítica.

- *Pedagogia libertária* é a que espera que a escola exerça uma transformação na personalidade dos alunos, num sentido libertário e autogestionário. A escola promoverá, através da participação dos grupos, mecanismos de mudança da própria instituição escolar (assembléias, conselhos, eleições, reuniões, associações, etc.), de tal forma que o aluno, indo atuar nas instituições externas à escola, leve para elas tudo o que aprendeu na escola.

A autogestão é, assim, o conteúdo e o método. Resume tanto o objetivo pedagógico quanto o político.

Os conteúdos transmitidos são aqueles que resultam de necessidades e interesses manifestos pelo grupo e que não são, necessariamente, as matérias de estudo.

Embora professor e aluno sejam desiguais e diferentes, nada impede que o professor se ponha a serviço do aluno, sem impor suas idéias, sem transformá-lo em objeto. O professor é um orientador e um catalisador, isto é, ele se mistura no grupo para auxiliar uma reflexão em comum.

A relação professor/aluno é baseada no princípio da liberdade. No entanto, a liberdade de decisão tem um sentido bastante claro: se um aluno resolve não participar, o faz porque não se sente integrado, mas o grupo tem responsabilidade sobre esse fato e vai cuidar dele; quando o professor se cala diante de uma pergunta,

seu silêncio tem um significado educativo que pode, por exemplo, ser uma ajuda para que o grupo assuma a resposta ou resolva a situação criada.

- *Pedagogia dos conteúdos socioculturais*, baseada na idéia de igualdade de oportunidades para todos no processo educativo, assim como na compreensão de que a prática educacional se faz através da transmissão e assimilação dos conteúdos sistematizados pela humanidade e na transformação desses conteúdos na prática social.

A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é um serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir, por meio da disseminação desse saber, para diminuir a desigualdade entre os indivíduos, pois dá chance a todos de aprenderem. Com isto, estará colaborando para tornar a sociedade mais democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade.

Os conteúdos são os universais, que serão readaptados às realidades locais. Essa maneira de conceber os conteúdos do saber não estabelece oposição entre cultura erudita e cultura popular, mas, sim, uma relação de continuidade em que, progressivamente, se passa da experiência imediata e desorganizada ao conhecimento sistematizado. Não que a primeira forma de perceber a realidade pela experiência seja errada, mas é necessária a ascensão a uma outra forma de percepção mais organizada, conseguida pelo próprio aluno, com a intervenção do professor.

O professor parte do conhecimento que o aluno já traz, mas não fica aí. É necessária a sua intervenção para levar o aluno a acreditar

nas suas possibilidades e ir mais longe, de modo a ampliar a experiência vivida.

Professor, como você acha que a educação pode contribuir para a transformação da sociedade?

Apresentam-se, a seguir, algumas experiências em educação de jovens e adultos, que foram concebidas e vêm sendo desenvolvidas, tomando como ponto de referência essas tendências pedagógicas.

Experiências Desenvolvidas

O Programa de Educação Básica - PEB

O objetivo fundamental da Fundação EDUCAR é apoiar a realização de programas que vão da alfabetização até as quatro primeiras séries do 1º grau, para a população de 15 anos e mais que não teve acesso à escola ou dela foi excluída prematuramente. Para o cumprimento de seu objetivo, a Fundação EDUCAR deverá atuar fomentando o desenvolvimento de projetos junto a instituições governamentais e da sociedade civil que atendam aos objetivos propostos.

Assim, o Programa de Educação Básica da Fundação EDUCAR não se confunde com a sua proposta educacional, que é mais ampla. Ele é apenas uma alternativa educacional, oferecida pela Fundação às entidades, governamentais ou não, que ainda não disponham de um programa próprio. O PEB é um serviço educativo, para jovens e adultos, em caráter supletivo, com correspondência às quatro primeiras séries do 1º grau, devendo possibilitar aos alunos a continuidade dos estudos.

O Programa é uma proposta global de escolarização que prevê três etapas distintas, porém intercomplementares. Seu primeiro momento é a etapa de alfabetização.

O PEB é flexível em sua estruturação e, embora tenha uma carga horária prevista de, no mínimo, 1.200 horas, não tem de dividi-la, obrigatoriamente, em três etapas de 400 horas.

Também a distribuição do número de horas por dia de aula pode ser diferenciada. Admite a entrada e saída do aluno, em qualquer tempo, não se organizando por séries, como na escola regular, onde o aluno precisa ser aprovado para passar para a série seguinte. Neste programa, o aluno deve ir atingindo objetivos, podendo, por isso, sair sempre que tiver atingido tais objetivos, de acordo com seu próprio ritmo de aprendizagem.

O Programa oferece, também, um conjunto de livros para os alunos e outro para os professores. O conjunto para os professores inclui, além de um livro de Orientações Básicas, outros que apóiam o trabalho com as diferentes áreas de estudo.

Os pressupostos metodológicos que norteiam o Programa estão pautados na intencionalidade do ato educativo, na participação ativa do educando nas situações de aprendizagem, bem como na especificidade da ação educativa para jovens e adultos, face às características de cada grupo.

Este programa tem como objetivo permitir aos jovens e adultos o domínio de instrumentos básicos, para a sua maior participação na sociedade letrada, e, para isso, os alunos deverão aprender: a ler e escrever a língua que falam; a leitura e a escrita dos símbolos e operações matemáticas básicas; os conhecimentos

essenciais das ciências sociais e naturais e outras informações indispensáveis, para que possa, como homem que tem visão crítica da realidade onde vive, contribuir para sua mudança, agindo como cidadão.

Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense

O Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense tem por objetivo apoiar, técnica e financeiramente, os grupos organizados na Igreja Católica, em federação e associações de moradores de três municípios da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti). A Baixada Fluminense é uma área carente do Estado do Rio de Janeiro que, através do Projeto, está tentando melhorar as condições educacionais de sua população, oferecendo um programa de alfabetização e sua continuidade, até o nível das quatro primeiras séries do 1º grau.

O Projeto visa, ainda, à realização de estudos no campo pedagógico, como também o estudo da relação Estado/movimento popular organizado.

A Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, é uma das áreas mais densamente povoadas do País, onde "bolsões de pobreza" do estado estão concentrados. A situação educacional nesses três municípios apresenta um quadro bastante desfavorável: a população com 10 anos ou mais, segundo o Censo Demográfico de 1980, possui um baixo nível de escolarização.

O princípio metodológico fundamental da proposta está na participação concreta da comunidade, através de seus órgãos representativos, assim como na definição de suas prioridades e formas de trabalho.

O Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense tem como referência as diretrizes político-pedagógicas da Fundação EDUCAR. Os recursos humanos são contratados pela entidade conveniente, ficando a EDUCAR responsável pelo repasse da verba referente às remunerações e encargos sociais dos professores, dos supervisores e dos auxiliares administrativos.

O professor deve ser indicado pela comunidade e possuir, no mínimo, o Curso Normal ou o 2º grau completo. Quanto ao supervisor pedagógico, é exigido o curso superior na área de Ciências Humanas, e sua indicação também é responsabilidade da comunidade.

A inclusão de auxiliares administrativos tem como objetivo liberar os supervisores das tarefas de administração de pessoal e de recursos, permitindo que o trabalho pedagógico ganhe em qualidade. Ao auxiliar administrativo cabe a tarefa de administrar os recursos repassados pela Fundação EDUCAR, além de cuidar do uso e controle da merenda escolar, proveniente da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE.

O material didático utilizado é o da Fundação EDUCAR, complementado por materiais alternativos produzidos pelos grupos participantes.

Projeto para Alfabetização de Adultos - Município de Cabo/PE

O Projeto se originou de um convênio estabelecido entre a Fundação EDUCAR e todas as Prefeituras/Secretarias Municipais de Educação da área metropolitana de Recife/PE (Grande Recife). Para a realização deste Projeto, em particular, a Fundação assinou um Termo Aditivo ao Convênio com a Prefeitura/Secretaria Municipal de Educação do Município de Cabo.

O Município de Cabo tem aproximadamente 130 mil habitantes, chegando a população analfabeta acima de 14 anos a alcançar o índice de 42%, segundo dados de 1983.

O Projeto é coordenado por uma equipe de supervisores e professores do próprio quadro de funcionários da prefeitura. Teve apoio financeiro da Fundação EDUCAR e desenvolve-se em entrosamento com entidades locais, como associações, Igrejas, sindicatos e grupos de mulheres. As salas de aula funcionam nas sedes dessas entidades.

O Município de Cabo vivencia, atualmente, uma grande miséria com o problema do subemprego e/ou desemprego, havendo um índice elevado de mortalidade infantil. Este estado de pobreza pode ser explicado, dentre outras razões, pela contraditória base econômica e cultural do município: de um lado, mantém os traços arcaicos de produção açucareira e, de outro, os avanços industriais próprios da Grande Recife.

O trabalho de educação de jovens e adultos realizado no município, em 1986, teve grande êxito, quando em apenas seis meses alfabetizaram-se 754 dos 1.350 alunos participantes do Projeto.

A proposta metodológica do Projeto baseia-se no método de alfabetização de Paulo Freire, que propõe desenvolver, no alfabetizando, uma forma cada vez mais lúcida de pensar, através da problematização de seu mundo, da análise crítica de sua prática de vida, para atuar mais seguramente no mundo.

Nesse sentido, a escolha do método de alfabetização de Paulo Freire se dá porque sua prática pedagógica possibilita ao aluno obter conhecimentos que sirvam para ajudar a resgatar sua cidadania. Para o educador, “Alfabetização e conscientização jamais se separam”. Ao mesmo tempo em que o aluno

se alfabetiza, desenvolve uma consciência crítica e uma mentalidade democrática.

Parte-se do princípio de que o alfabetizador e o alfabetizando já trazem, de suas vidas, conhecimentos, pensam, analisam, criticam, refletem, confrontam-se e têm capacidade para participar ativa, crítica e conscientemente do processo de construção da alfabetização. O material didático é construído a partir de debates com organizações populares, objetivando o levantamento do vocabulário que constitui o universo de comunicação dos alunos. Durante o processo pedagógico, há qualificação constante da equipe de supervisão e professores, visando à produção coletiva do conhecimento gerado pela experiência, à revisão dos textos produzidos e à reorientação das atividades.

O Ribeirinho: Uma experiência em alfabetização inserida numa prática de educação popular — MEB/Amazonas

O Projeto Ribeirinho é específico para alfabetização. O MEB entende a alfabetização dentro de uma perspectiva de conscientização dos trabalhadores para a vida comunitária, como forma de superação dos problemas individuais e do povo, de um modo geral. Assim, o trabalho de alfabetização é realizado sob uma perspectiva de educação popular e ligado aos movimentos populares e sindicais.

O grande responsável por essas ações educativas é o Movimento de Educação de Base, órgão da CNBB, com a colaboração do Ministério da Educação.

O Projeto foi desencadeado por solicitação dos monitores e supervisores que trabalham nesta região e que elaboraram a cartilha *O Ribeirinho*, uma cartilha de alfabetização e outra de primeiras contas, além de mais uma de acompanhamento, feita especificamente para os monitores do Projeto.

Os monitores são agentes da própria comunidade, quase sempre com baixíssimo grau de instrução escolar.

O trabalho do MEB visa também conscientizar os educandos da necessidade de participação nos movimentos populares e sindicais, cooperativas, etc.

O Projeto abrange o Estado do Amazonas, mais precisamente a região do Solimões, e as regiões de Parintins e Santarém. Os alunos são os ribeirinhos que se ocupam com a agricultura e/ou com a pesca.

A metodologia adotada no processo de alfabetização, bem como a cartilha *O Ribeirinho*, tem-se mostrado bastante eficaz. No departamento do MEB em Santarém, dos 247 que iniciaram o curso em 1986, 193 estão terminando e todos já conseguem ler e escrever.

As maiores dificuldades encontradas são causadas pelas cheias do rio; pela necessidade de os próprios alunos serem obrigados a deixar as aulas para buscar alimento para a família; e pela precariedade da formação do monitor.

Os educadores vêm encontrando dificuldades no desenvolvimento de uma proposta educacional progressista. Esses obstáculos são, em muitos casos, provenientes da prática, ainda hoje muito influenciada pelas tendências que visam à conservação da sociedade tal como está estruturada.

E você, professor, o que pensa sobre a idéia de uma proposta educacional progressista? Quais as possibilidades de colocá-la em prática?

Glossário

Balança de Pagamentos – Comparação entre o valor das exportações e o valor das importações de um país para verificar se o saldo foi favorável ou não, num determinado período.

Quando o valor da exportação (traduzido na moeda americana – dólar) for maior que o valor da importação, o saldo será favorável para o país. Quando ocorrer o contrário, o saldo será desfavorável.

Burguesia Urbano-Industrial – A burguesia é uma classe social que aparece historicamente nas cidades, no início da industrialização.

São considerados burgueses todos os proprietários dos meios de produção, isto é, os donos de bancos, fábricas e empresas. Atualmente, para alguns autores, os donos das terras são, também, considerados burgueses.

A burguesia, portanto, é a classe social que detém o poder econômico e político numa sociedade.

Colégio Eleitoral – Conjunto de indivíduos reunidos para fins eleitorais. O Colégio Eleitoral que, no Brasil, elegeu Tancredô Neves para Presidente da República foi formado por senadores e deputados federais.

Comunistas – Indivíduos que defendem o comunismo como um sistema político-econômico para a sociedade.

O comunismo prega a igualdade social e econômica entre os homens, defendendo a idéia da propriedade coletiva dos meios de produção. Portanto, segundo este sistema, não existiriam donos de terras, fábricas, indústrias, pois todos os meios de produção pertenceriam à coletividade.

Na realidade, nenhum país até hoje atingiu a prática do comunismo tal como foi apregoado.

Conselho de Segurança Nacional – É o órgão que formula e executa a política de segurança nacional. Ele é constituído pelo presidente da República, vice-presidente e ministros que compõem o governo.

Economias Agrário-Exportadoras – São economias que vivem basicamente da produção e exportação dos produtos ligados à terra: café, cana-de-açúcar, cacau, borracha, etc.

Especulação Financeira – A especulação financeira se caracteriza pelo investimento de dinheiro, com vistas à obtenção de lucros altos e rápidos, a curto prazo. Essa aplicação de dinheiro não se volta para as atividades produtivas (indústrias, agricultura, etc.), mas sim para o mercado de capitais (bolsa de ações, letras do tesouro, compra de dólar, etc.).

A especulação financeira ocorre, geralmente, nos períodos inflacionários. Envolve muito risco, pois as pessoas podem obter altos lucros ou, ainda, perder parte ou todo o dinheiro investido.

Estado (ver glossário da Unidade 1: *A Educação no Brasil e o Analfabetismo*.)

Importação – São todos os produtos e técnicas que um país compra de outro país. O Brasil importa, entre outros: petróleo, trigo e tecnologia.

Indústria de Base – Toda indústria precisa de outra para se desenvolver. Um país sem indústria de base depende de outros países.

Indústrias de base são aquelas que fornecem materiais pesados, matérias-primas básicas e energia para outras indústrias. Ex.: indústria de aço, de petróleo, petroquímica, de cimento, etc.

Integralista – Indivíduo que é partidário do integralismo, que foi um movimento político brasileiro de extrema direita, baseado nos moldes fascistas. Fundado em 1932, foi extinto em 1937.

Órgão Normativo – Órgão que estabelece as regras para a execução de uma proposta. Estas regras podem ser dirigidas a diferentes áreas e objetivos. O Conselho Federal de Educação, por exemplo, pode ser considerado um órgão normativo.

Orientação Humanista – Caracteriza-se pela crença em valores especificamente humanos, face aos valores materiais, econômicos, técnicos, etc. Para os humanistas, é o homem que dá sentido à história e à sociedade, criando livremente valores e normas. Para tanto, precisa desenvolver todas as potencialidades nele contidas.

Na perspectiva proposta por Paulo Freire, o processo pedagógico tem como base a formação de uma ação crítica e reflexiva.

Países Fascistas – Países cujo sistema político foi baseado na ausência da democracia. Esse movimento foi liderado, na Itália, por Benito Mussolini e, na Alemanha, por Adolf Hitler.

Na Alemanha, o movimento fascista se radicalizou em relação à defesa da raça pura, com perseguição aos judeus, negros, comunistas e até mesmo à Igreja Católica.

Política Econômico-Nacionalista e

Intervencionista – Política desenvolvida no período getulista, a partir de 1950, tendo como proposta básica:

- limitar a entrada do capital estrangeiro no Brasil;
- criar mecanismos de defesa das riquezas nacionais; e
- valorizar o trabalhador.

Dentro dessa política foi criada a Petrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento, a Vale do Rio Doce e a Eletrobrás. Essa política se contrapunha à política “entreguista”, cuja proposta consistia na entrega das riquezas nacionais aos países estrangeiros.

Política Externa Independente –

Caracteriza-se pela tomada de decisões de um país em relação a outros. Essas decisões só são independentes quando o país as toma levando em conta apenas o seu próprio interesse, sem prestar contas a nenhum outro país.

Pressuposto Teórico – Conjunto de princípios fundamentais de uma ciência. No texto, trata-se de princípios que embasam uma proposta pedagógica.

Problemas Sanitários – Questões ligadas ao saneamento, à saúde e higiene da população. A falta de esgoto, água encanada, poluição das águas, etc. são considerados problemas sanitários.

Regime Presidencialista – Regime político onde a chefia do governo cabe ao presidente da República, mantendo-se a independência e a harmonia dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

República Parlamentar – República onde o governo é exercido pelo parlamento (Congresso Nacional), através de um Primeiro-Ministro.

República Sindicalista de Estilo Peronista – República que propunha o controle dos sindicatos dos trabalhadores pelo Governo de Peron, na Argentina. No texto, para os grupos opositoristas ao Governo de João Goulart, o Brasil estaria prestes a se transformar numa República dominada pela força dos sindicatos dos trabalhadores.

Sociedade Civil – É o conjunto das relações que se estabelecem entre os diferentes grupos que se organizam na sociedade. A sociedade civil é constituída por associações, sindicatos, Igrejas, órgãos de comunicação, etc.

Tendências Pedagógicas – São as diferentes orientações teóricas para se desenvolver a educação.

Professor,

É importante o envio de suas respostas. Após a correção das atividades respondidas, você receberá, individualmente, observações sobre seu desempenho.

Não interrompa seu curso! Continue respondendo!

Indicação Bibliográfica

- História do Brasil: da Colônia à República, de M. M. Francisco e José Dantas.

Uma dupla intenção orientou a elaboração destes estudos da História do Brasil: o desejo de oferecer aos professores um material renovado para suas aulas, a fim de torná-las mais produtivas, e a vontade de contribuir para despertar, nos alunos do 2º grau e nos candidatos aos exames supletivos, o verdadeiro sentido e gosto pelo estudo de nossa história. O autor apresenta um material não mais ajustado aos programas oficiais, mas capaz de introduzi-los ao estudo mais aprofundado e científico da história brasileira.

- Educação popular e educação de adultos, de V. P. Paiva.

Trata-se de uma contribuição histórica dos vários programas de educação de adultos desenvolvidos no período de 1930 a 1964, até a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização. O livro faz um estudo descritivo desses programas, analisando-os à luz da conjuntura política da época.

- Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60, de O. Fávero.

Este livro reúne documentos elaborados por pessoas, grupos, instituições e movimentos que recriaram as palavras e reinventaram os instrumentos de cultura e educação popular. O livro pretende colocar nas mãos daqueles que reinventam hoje a cultura e a educação popular as idéias originais dos anos 60.

O livro se estrutura, num primeiro conjunto, de textos que apresentam os conceitos fundamentais de cultura e cultura popular, conceitos estes que se construíram nas bases comuns dos movimentos do início dos anos 60. No segundo conjunto, tenta-se mostrar como os diversos movimentos assumiram tais conceitos na prática e como incorporá-los às propostas de ação, explicitando-os. Em seguida, republica todos os primeiros estudos sobre o método Paulo Freire, bem como os textos do Movimento de Educação de Base.

- Escola, estado e sociedade, de Bárbara Freitag.

O livro representa uma contribuição ao

estudo da ideologia da escola, ou seja, o funcionamento desta como instrumento de socialização secundária e também veículo de transmissão dos valores ideológicos dominantes. Ele se presta a divulgar e transformar, numa linguagem mais fácil, com todas as ambigüidades que isso encerra, conceitos sofisticados como "sociedade civil" e "sociedade política". Faz, ainda, análises concretas da realidade educacional, como, por exemplo, o ensino pago, de segunda categoria, para as classes subalternas. Além disso, contribui para o esclarecimento e a reflexão crítica de conceitos e temas centrais da educação brasileira.

- Educação como prática da liberdade, de Paulo Freire.

Este ensaio propõe as linhas mestras da visão pedagógica de Paulo Freire e de seu método de ensino. As idéias trazem explícitas as marcas da experiência vivida pelo educador no Brasil. Foi elaborado depois da queda de João Goulart, nos intervalos de prisões, e concluído no exílio. Sistematiza teoricamente a prática desenvolvida por Paulo Freire, no que se refere à alfabetização.

- Teorias da educação e o problema da marginalidade, de D. Saviani.

Este artigo, que foi publicado em Escola e Democracia, da Coleção Nosso Tempo, aborda as diferentes teorias da educação.

- Pensamento pedagógico brasileiro, de M. Gadotti.

O livro pretende fazer um estudo da produção das principais correntes e tendências científicas, no que se refere à educação, sobretudo no interior do chamado "pensamento progressista", cuja referência é a análise crítica do sistema capitalista.

Apesar de o autor considerar prematuro tal intento, a contribuição do livro é fundamental para a construção desse tema.

- Tendências pedagógicas na prática escolar, de J. C. Libâneo.

Trata-se da discussão das tendências pedagógicas predominantes nas escolas e na prática docente.

- Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo, de C. C. Luckesi.

Trabalho apresentado em fórum de debates, no XVI Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional (Porto Alegre, 1984).

O texto trata da avaliação escolar, assim como da teoria e prática do contexto onde ela se realiza. Nessa perspectiva de entendimento, o exercício da avaliação escolar está a serviço de uma pedagogia, que nada mais é que uma concepção teórica da educação, traduzindo uma concepção teórica da sociedade.

- Articulação entre a educação escolar e extra-escolar. O caso Mobral. Trabalho realizado pela equipe do Setor de Avaliação da Fundação Mobral.

O documento faz uma análise da educação escolar e extra-escolar. Apresenta uma retrospectiva histórica dos vários movimentos de educação desenvolvidos fora do âmbito escolar, no período de 1930 até a criação do Mobral.

- Diretrizes político-pedagógicas, MEC/Fundação EDUCAR.

Este documento apresenta as diretrizes político-pedagógicas que norteiam o trabalho a ser desenvolvido pela Fundação EDUCAR.

- Educação para todos: caminho para a mudança, MEC.

No contexto de democratização da sociedade brasileira, o documento expressa a intenção governamental em promover a educação para todos, com igual qualidade.

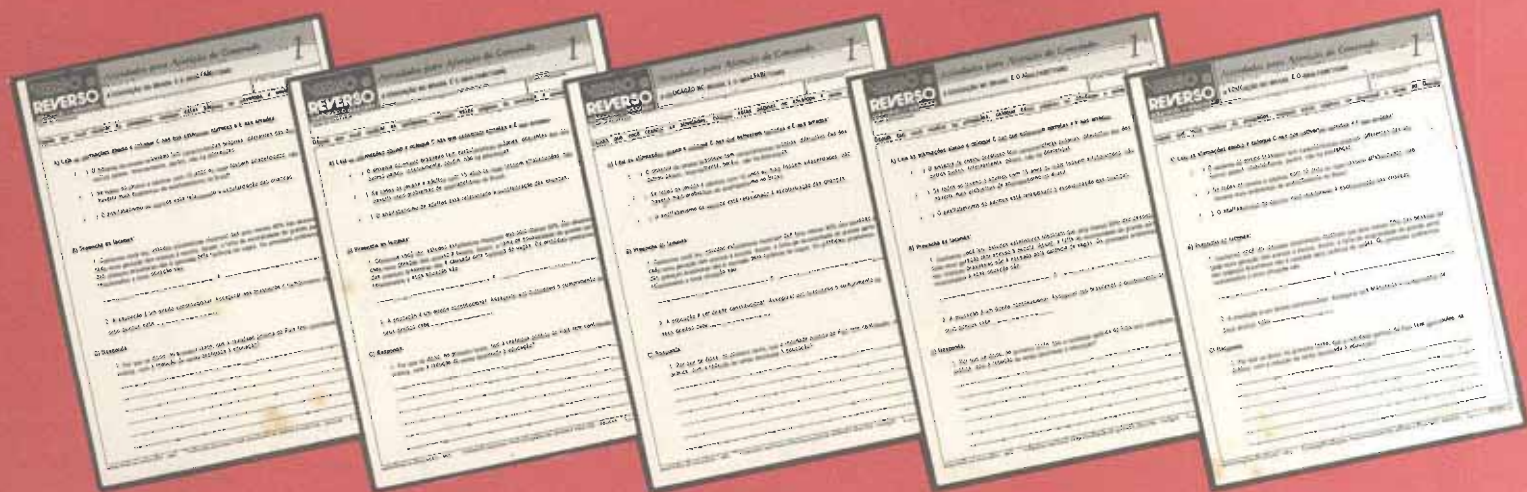
Nota: O relato das experiências do segundo texto (Reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos e as Principais Tendências Pedagógicas) foi feito a partir dos projetos originais enviados à Fundação EDUCAR.

Bibliografia

- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS PARA A FUNDAÇÃO EDUCAR. *Fundação EDUCAR: diretrizes político-pedagógicas*; relatório. Brasília, Fundação EDUCAR, 1986. n.p.
- FÁVERO, Osmar, org. *Cultura popular e educação popular*; memórias dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983. 283p. (Biblioteca de Educação, 3).
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 8.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 150p.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 5.ed. São Paulo, Moraes, 1980. 142p. (Coleção Educação Universitária).
- FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Articulação entre a educação escolar e extra-escolar*; o caso MOBREAL. Rio de Janeiro, 1983.
- GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo, Ática, 1987.
- LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. *Revista ANDE*. São Paulo, Associação Nacional de Educação, 3 (6): 11-9, 1983.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL, 16. Porto Alegre, nov. 4-9, 1984. *Fórum de Debates*. Rio de Janeiro, ABT, 1985. 230p. (Série Estudos e Pesquisas, 33/34).
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 2.ed. São Paulo, Loyola, 1983. 368p. (Temas Brasileiros, 2).
- SAVIANI, Dermeval. Teorias da educação e o problema da marginalidade. In: _____, *Escola e democracia*. 7.ed. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1985. p. 7-34. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 5).
- TEIXEIRA, W. M. Francisco & DANTAS, José. *História do Brasil: da Colônia à República - 2º Grau*. 2.ed. São Paulo, Moderna, 1979.

**Um dos grandes
problemas do ensino por
correspondência é o não-
envio das respostas dos
participantes dos cursos.**

**Vamos mudar essa
situação!**



**Envie suas atividades respondidas, junto
com a ficha de avaliação da Unidade.**